

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 166.838 - SP (2019/0189622-4)

RELATORA : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**
SUSCITANTE : **GUIA MAIS MARKETING DIGITAL LTDA. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**
OUTRO NOME : **CARVAJAL INFORMAÇÃO LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**
ADVOGADOS : **MARIA RITA RANZANI - SP079805**
IZILDA MARIA DE MORAES GARCIA - SP085277
DEBORA LESSA DA SILVA ALCARAZ - SP318941
SUSCITADO : **JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DO FORO CENTRAL DE SÃO PAULO - SP**
SUSCITADO : **JUÍZO DA 16ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA - PR**
INTERES. : **TARCISIO VILLATORE SOBRINHO**

EMENTA

CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA. JUÍZO DO TRABALHO E JUÍZO EMPRESARIAL. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL PARA A PRÁTICA DE ATOS DE EXECUÇÃO.

1. Nos termos da jurisprudência consolidada desta Corte, é competente o juízo universal para prosseguimento de atos de execução que incidam sobre o patrimônio de sociedade em processo falimentar ou de recuperação judicial.

2. Conflito conhecido. Estabelecida a competência do JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DO FORO CENTRAL DE SÃO PAULO - SP.

DECISÃO

Cuida-se de conflito positivo de competência, com pedido liminar, em que é suscitante GUIA MAIS MARKETING DIGITAL LTDA. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL (denominação anterior: CARVAJAL INFORMAÇÃO LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL), e suscitados o JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DO FORO CENTRAL DE SÃO PAULO - SP e o JUÍZO DA 16ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA - PR.

Superior Tribunal de Justiça

Ação em trâmite no Juízo de Direito da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central de São Paulo: recuperação judicial da suscitante.

Ação em trâmite no Juízo da Vara do Trabalho: reclamação trabalhista, em fase de execução.

Decisão da Justiça Comum: concedeu a recuperação judicial da suscitante (e-STJ fls. 91/94).

Decisão da Justiça Especializada: determinou o prosseguimento da execução referente à Reclamação Trabalhista nº 0001188-86.2012.5.09.0016, ajuizada por TARCISIO VILLATORE SOBRINHO.

Conflito de competência: a suscitante defende que, após a decisão concessiva da recuperação judicial, o juízo onde a respectiva ação tramita é o único competente para dirimir questões que afetem o patrimônio da empresa suscitante.

Parecer do MPF: o Ministério Público Federal opinou no sentido de que se declare competente o JUÍZO DE DIREITO DA 1A VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DO FORO CENTRAL DE SÃO PAULO - SP.

É O RELATÓRIO. DECIDO.

Depreende-se dos documentos trazidos aos autos que o processo de recuperação judicial da suscitante está em regular andamento perante o Juízo de Direito da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central de São Paulo.

A jurisprudência desta Corte é uníssona no sentido de que "os atos de execução dos créditos individuais promovidos contra empresas falidas ou em recuperação judicial, sob a égide do Decreto-lei nº 7.661/45 ou da Lei nº 11.101/05, devem ser realizados pelo juízo universal, ainda que ultrapassado o prazo de 180 dias de suspensão previsto no art. 6º, § 4º, da última norma" (EDcl no CC 133.470/SP, SEGUNDA SEÇÃO, DJe 03/09/2015).

Superior Tribunal de Justiça

Na hipótese, portanto, não compete ao juízo trabalhista interferir no acervo patrimonial da suscitante, motivo pelo qual o conflito deve ser acolhido.

Forte nessas razões, CONHEÇO do conflito de competência para declarar a competência do JUÍZO DE DIREITO DA 1A VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DO FORO CENTRAL DE SÃO PAULO - SP para decidir acerca da prática de atos constritivos sobre o patrimônio da suscitante.

Publique-se. Intime-se. Comunique-se aos juízos suscitados.

Brasília, 08 de outubro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora